

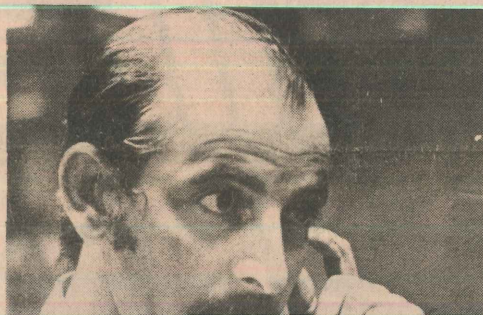


O plano protege o verde nas áreas mais altas da cidade, o que estaria contrariando grupos econômicos.

# PDU de Vitória terá emenda que evitará novos espigões

Texto: José Maria Batista  
Fotos: José Magnago e Josemar Gonçalves

O Plano Diretor Urbano de Vitória deverá ser alterado, de forma a obrigar que os projetos para construção aprovados nos últimos dois anos em Vitória — prevendo o surgimento de espigões em áreas nobres e de preservação da cidade — sejam iniciadas em três meses após o plano entrar em vigor. Caso contrário serão invalidados. Uma emenda nesse sentido será apresentada ao Conselho Municipal de



torres de até 20 andares, de propriedade de construtoras em franca atividade. É sabido que um dos pontos do projeto que maior polêmica causou refere-se exatamente às áreas residenciais e ao gabarito das construções. Alguns engenheiros — como Chrisógono Cruz — reclamam que o projeto impede qualquer criatividade por parte dos arquitetos, e que ele levará a uma tendência de uniformização da cidade.

Seria a causa principal da demora na discussão



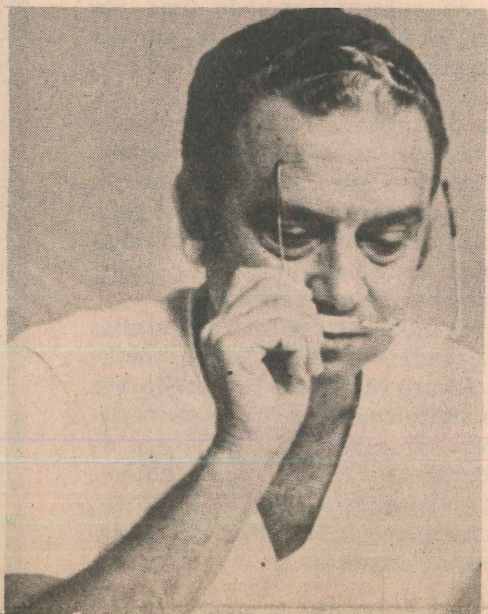
Uma das emendas pode inviabilizar projetos para construção de novos espigões.



Elcio Teixeira: fazendo pose?



Atharé: escondendo o jogo.



Manoel Nogueira mudou de idéia.



Claudionór vê altos interesses.

um vereador disposto a encaminhar a solicitação sob a forma de emenda. O único disposto em discutir o

projeto mais sério que tramitou até agora nesta legislatura.

O Plano Diretor Urbano de Vitória deverá ser alterado, de forma a obrigar que os projetos para construção aprovados nos últimos dois anos em Vitória — prevendo o surgimento de edifícios em áreas nobres e de preservação da cidade — sejam iniciadas em três meses após o plano entrar em vigor. Caso contrário serão invalidados. Uma emenda nesse sentido será apresentada na Câmara Municipal tão logo o projeto 046/78 entre em segunda votação. Isso caso ele consiga ser aprovado na primeira, pois, em pauta há uma semana (depois de um requerimento de "preferência" que possibilita a sua votação antes de 30 outros que se encontram na ordem do dia), o PDU voltou a um segundo plano por falta de quorum e sua discussão ainda não começou.

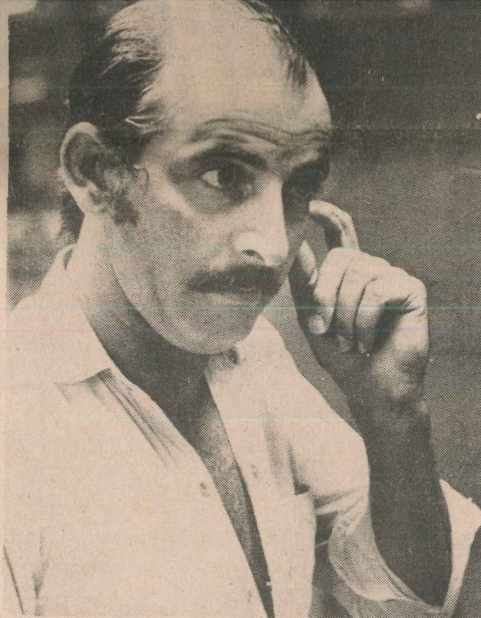
Apesar desta falta de quorum, que vem acontecendo diariamente nas sessões (ao logo termina a primeira parte — traduzida pela hora dos oradores, quando cada um aproveita para dar o recado que achar melhor, abordando desde temas como o defasado jogo do bicho até outros de menos interesse para a coletividade — os vereadores, em sua maioria, afirmam que estão preocupados com o projeto, que ele é de suma importância para a cidade e que estão todos de acordo com a sua aprovação. Só que, no momento de discuti-lo, quase todos deixam o plenário.

#### ADIAMENTO

Pelo menos foi o que aconteceu nas últimas reuniões, por motivos — pelo menos para eles, vereadores — justificáveis. Na quarta-feira havia jogos de futebol televisados (Flamengo x Sport de Recife e Vasco x Grêmio porto-alegrense). Na quinta-feira todos resolveram visitar o deputado Castello de Mendonça, vítima do coração e derrame cerebral. Na sexta-feira normalmente não há reunião. Havia a intenção de uma extraordinária para discussão do projeto. Mas, não passou também de um projeto. Amanhã a Câmara não se reúne, e nos dias subsequentes — seguindo o ritmo da Assembléia Legislativa — haverá o "recesso branco". Na outra semana será a festa de Nossa Senhora da Penha, depois em junho a Copa do Mundo e o recesso.

Um observador na Câmara Municipal comentava que dificilmente o projeto 046/81, que institui o Plano Diretor Urbano de Vitória, sairá da primeira discussão antes do recesso parlamentar. E essa primeira discussão é somente quanto ao aspecto jurídico do projeto — que já tem parecer favorável da Comissão de Legislação e Justiça. As emendas — e os vereadores prometem muitas — somente podem ser apresentadas em segunda discussão. E dependerão de parecer das comissões do Legislativo. Todas elas deverão passar pela Comissão de Justiça. E em que pese as informações declaradas de seus membros de que estão preocupados com a aprovação do Plano Diretor, os fatos indicam o contrário. Tanto que para o parecer sobre o projeto original foram necessários seis meses. Três de prateleiras e outros três de "estudos".

E isso não é uma radiografia geral da posição da Câmara com relação ao Plano Diretor Urbano da cidade. Existe, por exemplo, o vereador Marinho Delmaestro. Ele é simplesmente contra o projeto. Não leu, não vai ler e garante que todos os vereadores desconhecem o seu conteúdo, não lerão e que nem pretendem ler. Evidente que posição tão radical é desmentida pelos demais. Um deles, Atharé Stamatou da Fonseca e Castro, diz que "tudo não passa de conversa do Marinho, que tem certeza de sua reeleição, por isso vive brincando". Atharé garante que "na hora o Marinho vota a favor", e que ele, Marinho



Pelaes: de olho na Assembléia.

Delmaestro, "se faz de bobo mas é o mais esperto entre todos".

#### IGNORANCIA

Marinho Delmaestro não abre mão e na terça-feira, quando o PDU chegou a merecer alguma discussão através de um debate aberto pelo vereador Elcio Teixeira — que ocupou a tribuna para enfatizar a necessidade de aprovação do projeto e que este seria um "fato histórico que marcaria a presença dos vereadores na história da cidade" — não perdeu tempo. Do microfone de apertes gritou em alto e bom som que ninguém conhecia nada do PDU e que, por essa razão, ele não seria aprovado. Foram poucos os vereadores que contraditaram esta sua afirmação.

A parte esses problemas, o projeto vem capengando, pois o seu conteúdo desagrada mais do que agrada. Primeiro porque, afora seus aspectos mais conhecidos (como a proibição para construção acima da cota de 50 metros, os gabaritos dos prédios, a tentativa de preservação de alguns prédios e o Conselho Municipal), seus outros aspectos não são discutidos. E há também uma variação entre o comportamento dos vereadores quando falam à imprensa, quando estão em plenário e quando fora dele. Dependendo do local são favoráveis ou não ao projeto. Na verdade, parece que somente agora, quase seis anos depois, o projeto vai começar realmente a ser analisado. Pelo menos por alguns poucos vereadores.

Um deles, Manoel Nogueira de Miranda, que já fez severas críticas ao que chamou, no final do ano passado, de tentativa de se obrigar a Câmara Municipal a votar o projeto, diz hoje que "existe um esforço concentrado no sentido de discutir, analisar e aprovar o projeto". Ele considera, por exemplo, que toda essa demora foi salutar, pois serviu para corrigir distorções. Frisa que a participação dos engenheiros municipais trouxe mais realidades para o projeto e que o amplo debate em torno dele está possibilitando a chegada de sugestões que irão aprimorá-lo.

#### INTERESSES

Mas, na verdade, é difícil extrair o verdadeiro pensamento da Câmara Municipal em torno do PDU. Já circularam informações de que grupos e interesses econômicos, especialmente ligados à construção civil, estariam boicotando e retardando o máximo possível a aprovação do projeto. As negativas sobre isso são unânimes. Mas, porque nos últimos dois anos 187 projetos foram aprovados na Secretaria de Obras e nenhum deles iniciado? Alguns prevêem

torres de até 20 andares, de propriedade de construtoras em franca atividade. É sabido que um dos pontos do projeto que maior polêmica causou refere-se exatamente às áreas residenciais e ao gabarito das construções. Alguns engenheiros — como Chrisógono Cruz — reclamam que o projeto impede qualquer criatividade por parte dos arquitetos, e que ele levará a uma tendência de uniformização da cidade.

Seria a causa principal da demora na discussão do PDU? O vereador Claudionor Lopes Pereira acha que existe alguma influência. Tanto que é de sua autoria a emenda, já pronta, visando impedir que os projetos aprovados anteriormente ao PDU possam ser desenvolvidos em qualquer tempo. Ele pretende um prazo — possivelmente de três meses — para que, após a aprovação do projeto sejam iniciadas as construções, sob pena de caducidade das licenças. O que, sem dúvida, vai provocar uma correria nos meios imobiliários, uma vez que a relação de projetos para edifícios é muito longa.

Um outro aspecto que cria problemas refere-se à proibição de construção acima de 50 metros do nível do mar. O PDU pretende impedir isso, e o vereador José Maria Ramos Gagno, ao relatá-lo para a Comissão de Justiça, suprimiu essa proibição que, no entanto, foi mantida por decisão maior da Comissão. Mas em plenário essa decisão pode ser novamente alterada. Um exemplo é o vereador Izildo Alvarino, que entende ser necessário um exame da Cota 50 e dos gabaritos previstos no projeto. Sobre a Cota 50 existe um consenso dos bairros de Vitória. Representantes de 21 comunidades denunciaram o interesse de grupos da construção civil na permissão para construção acima dos 50 metros.

#### DESTRUIÇÃO

E foi um dos representantes, Maria das Graças Andreatta Silva, que chamou a atenção para o problema, afirmando que caso a proibição de 50 metros não seja concedida logo a cidade perderá o que resta de suas áreas verdes para os grupos imobiliários. E exemplificou com o que se verifica em Fradinhos, onde o morro está sendo transformado em um loteamento. "E não será para gente pobre não", garante ela.

Mas o ponto de maior polêmica no PDU é uma das últimas alterações feitas pelo Instituto Jones dos Santos Neves, que criou o Conselho Municipal composto de 17 membros. Não há, praticamente, um vereador que seja a seu favor, e quem o faz serve-se de muita reserva para falar sobre o assunto. Máximo Vieira Varejão, por exemplo, que representa o bairro Fradinhos, onde está o loteamento denunciado por Andreatta e Silva, diz que o conselho vai retirar o poder dos vereadores e dar muita autonomia ao prefeito. Na Comissão de Justiça ninguém concorda com o Conselho Municipal, o mesmo acontecendo com o presidente da Câmara, Carlos Alberto Viana Freire.

O único a concordar com o Conselho Municipal é o vereador Antônio Pelaes, do PMDB. Mas sua opinião não vai pesar muito, pois, com a morte do deputado Castello Mendonça, ele deverá assumir sua cadeira na Assembléia Legislativa. Amanhã depois. E não terá tempo de apresentar uma emenda, sugerida pela Comissão Pró-Saneamento de Vitória e encaminhada diretamente ao presidente da Câmara. Nessa reivindicação os representantes dos 21 bairros da cidade pedem exatamente o contrário do que os vereadores mais querem. A manutenção do Conselho Municipal, a participação das comunidades, com a indicação de um membro eleito em cada uma delas, com mandato de um ano, e ainda o fortalecimento do nível de decisão dos convencionais.

Decisões que dificilmente serão acatadas. Os representantes das comunidades necessitariam de



Manoel Nogueira mudou de idéia.

um vereador disposto a encaminhar a solicitação sob a forma de emenda. O único disposto era exatamente o vereador Antônio Pelaes que troca nesta semana o legislativo municipal pelo estadual. Sem isso, nada feito. O presidente da Câmara, Carlos Alberto Viana Freire, já encaminhou as reivindicações dos bairros à Comissão de Justiça, e o presidente dela, Ademir Antunes, adiantou que elas irão atrasar ainda mais a votação do PDU.

#### AMEAÇA

Ora, quando um projeto que já anda morosamente é ameaçado de sofrer atraso, é fácil imaginar o que irá acontecer: paralisação total. E ao final, a reivindicação dos bairros poderá ter só um destino: o arquivo, pois aprová-la seria reconhecer a necessidade do Conselho Municipal. O que irá frontalmente contra a decisão anterior, em parecer, da Comissão de Justiça, que se posicionou, com a assinatura de todos os membros, contra o Conselho Municipal. Aprovar a idéia lançada pelos bairros seria refazer o parecer da Comissão e que levou nada menos que seis meses pra ser elaborado.

Assim, apesar do vereador Elcio Teixeira mostrar-se quase propenso a votar o projeto como ele se encontra, afirmando que está entendendo melhor a idéia do Conselho do PDU, tudo indica que a situação na Câmara Municipal será definida da seguinte forma: ou o PDU aprovado sem o Conselho Municipal ou o Conselho Municipal permanece, e o projeto leva mais uns dois ou três anos em discussão recebendo "n" emendas até tornar-se defasado. Entraria, então, num círculo vicioso de reformulação até que o crescimento desordenado da cidade impedisse qualquer planejamento. E possibilitasse apenas remendos como vem acontecendo em São Paulo e outros centros maiores.

De positivo, até o momento, existe apenas o requerimento do vereador José Maria Ramos Gagno pedindo regime de preferência para o projeto. O que possibilitou a sua subida do 32º lugar na ordem-dia da última terça-feira para o 1º lugar. Mas, na verdade, ele não está sendo guindado com isso a uma alta relevância. Afinal, excetuando-se um projeto do vereador Manoel Nogueira de Miranda exigindo caixas de lixo fechadas nos novos prédios a serem construídos (uma situação prevista dentro do PDU através da incineração dos detritos) e o enquadramento dos motoristas aposentados no quadro estatutário do município no último nível da tabela de vencimento, de autoria do vereador Arnaldo Pratti, os demais são, decididamente, supérfluos.

#### PROJETOS

A exceção de superfluidade poderia ser levada a dois outros, que reconhecem a Loja Maçônica Grande Oriente e a Associação dos Moradores do bairro Mata da Praia. Os demais, 27 ao todo, simplesmente dão nomes de ruas a bairros, escadarias e outros locais de Vitória. E em sua quase totalidade com a segunda discussão já encerrada, aguardando apenas a aprovação da redação final e encaminhamento do prefeito. Na verdade, conforme admitiu o vereador Elcio Teixeira, "já é hora de acabar a brincadeira e ser aprovado o projeto 046/81, que definirá a vida da cidade". Para ele o PDU é o



Claudionor vê altos interesses.

projeto mais sério que tramitou até agora nesta legislatura, e como exemplo lembrou a construção de um espigão na esplanada Capixaba e que certamente poderia ser evitado com a existência de uma lei que regulasse o uso do solo.

Em tom de oratória que, segundo alguns de seus colegas, não representava mesmo o seu pensamento, ele conseguiu, no entanto, movimentar os vereadores na primeira — e única — vez em que o PDU chegou a ganhar algum destaque nas sessões da semana passada. Até que o vereador Antonio Pelaes, depois de subir à tribuna e perguntar porque se tor os eram a favor do PDU, não o aprovavam logo, deitou "água na fervura" — passando a um de seus costurmeiros ataques à administração do prefeito Carlito Von Schilgen, embora seus companheiros de legislação afirmem que a convivência entre ambos é perfeita.

Mas, preocupado apenas em destacar-se ou não, Elcio Teixeira acabou despertando os sentimentos adormecidos dos vereadores, que se manifestaram em sucessivos apartes. Alguns como Marinho Delmaestro, para criticar a sua "demagogia" — afirmando que ninguém entendia nada do projeto — outros como o vereador Mário Cipreste, para reconhecer que realmente já passava da hora do projeto ser votado e que os vereadores deveriam aparecer às sessões. Na verdade os vereadores sempre aparecem às sessões, mas ficam apenas durante a sua primeira parte, na hora dos oradores, que, além de ter um resumo divulgado pela imprensa escrita, é ainda gravado por uma emissora de rádio.

#### AUSÊNCIAS

Daí para a frente não há problemas, e na segunda chamada para a discussão das matérias a maioria desaparece. Sempre não há quorum. Tanto que o presidente Carlos Alberto Viana Freire, em um dos apartes ao arrazoado de Elcio Teixeira sobre o PDU, reclamou que convocou quatro sessões ordinárias e não houve quorum. E que os próprios vereadores que reclamavam pressa agora eram os primeiros a se retirar da sessão para evitar a sua continuidade. Mas, no caso específico do PDU, o caso das sessões extraordinárias não se justifica, pois o boicote à discussão e votação do projeto ainda não aconteceu em nenhuma reunião extraordinária, pois as convocadas durante o recesso parlamentar destinavam-se a discutir matérias solicitadas pelo prefeito. E o PDU não é um caso de urgência. Embora devesse ser.

Exemplificando a partir do registrado nas três últimas sessões da Câmara Municipal de Vitória, pode-se afirmar — com as naturais exceções — que o projeto 046/81 vive duas situações. Uma de retardamento por interesse de grupos interessados em manter a atual legislação sobre o uso do solo na cidade, e representados por vereadores que se omitem no andamento e discussão do PDU, e outra, a mais provável, por incompetência e relaxamento mesmo. Fala-se muito, movimentam-se muito, mas em termos de discussão com seriedade de um problema — o maior — da cidade caminha-se com o mais vagar possível. O processo de retardamento no caso do PDU é uma evidência que salta aos olhos de qualquer um. O porquê, no entanto, é uma incógnita escondida nos corredores da Câmara Municipal.